

Maioria acha que previdência é sustentável, apesar de desequilíbrio das contas do INSS

Apenas 15% acredita que problemas estão no modelo atual das aposentadorias e no envelhecimento da população

A despeito dos números que mostram forte desequilíbrio das contas do INSS, rápido envelhecimento da população e comprometimento do orçamento público, 51% da população ainda avalia que o sistema previdenciário brasileiro é sustentável. Apenas 28% consideram que o modelo vigente não se sustenta ao longo do tempo e 21% não têm opinião formada sobre o assunto.

A percepção de que o sistema é sustentável predomina até mesmo entre os indivíduos com maior escolaridade. Entre os respondentes com formação superior, 52% afirmaram que o sistema é sustentável, contra 41% deste estrato, que dizem o contrário. Já entre os indivíduos sem nenhum grau de instrução, o índice dos que declaram que o sistema é sustentável é menor: 30%, embora 48% deste estrato declarem não conhecer o assunto.

O levantamento mostrou também que as causas dos desequilíbrios estruturais da previdência social não foram corretamente compreendidos pelos brasileiros. Para 53% dos entrevistados, a previdência deve se manter apenas com as verbas arrecadas pelo INSS para este fim. “O índice demonstra que os indivíduos não compreenderam que o sistema já gasta mais do que arrecada e que está em desequilíbrio”, avalia Edson Franco, presidente da FenaPrevi.

Para 31% dos entrevistados, o INSS deve ser mantido também com verbas reservadas para outras áreas do orçamento do governo, o que comprometeria a disponibilidade de recursos para setores como saúde e educação, entre outros.

O estudo FenaPrevi-Ipsos também avaliou o entendimento dos brasileiros sobre a origem dos

problemas da previdência. Apenas 15% dos entrevistados apontaram o modelo atual das aposentadorias e o envelhecimento da população como principais causas dos problemas do INSS.

Para 75% dos respondentes, o maior problema do sistema é a corrupção e o desvio de verbas. Esta percepção é mais arraigada entre os indivíduos das classes C (77%), seguida por AB (75%). Entre os respondentes da classe DE, a corrupção é apontada por 69% da amostra. “Mesmo entre os indivíduos de maior renda, percebe-se o desconhecimento do tema, o que dificulta o avanço do debate”, avalia Franco.

[Clique aqui para acessar a pesquisa na íntegra](#)

Fonte: [CNSeg](#), em 13.06.2018.
